

**Pesavento, Sandra Jatahy. Uma outra cidade:
o mundo dos excluídos no final do século XIX.
São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.***

*Marilange Nonnenmacher***

Resenha

Cidadania e exclusão. Duas palavras sobre as quais a reconhecida autora Sandra Jatahy Pesavento se debruça para construir esta obra que se reporta ao final do século XIX na cidade de Porto Alegre. Tais conceitos, em sua perspectiva, possuem uma longa trajetória e se desenvolvem a partir da ‘diferença’, pois são designações que devem ser pensadas no âmbito da alteridade. Estes enunciados se apresentam como caminhos para a pesquisadora adentrar numa dimensão do urbano e mostrar através da representação social formulada pelos jornais e códices policiais do período, como se deu a produção da ‘diferença’ no contexto urbano, entendendo que esta questão não é um “dato natural”, mas conseqüência de um discurso elaborado socialmente (11). Sua tese central, nas suas palavras, é “tentar penetrar nesta Porto Alegre do passado pelas portas da exclusão, resgatando espaços, personagens e práticas de uma alteridade condenável e condenada”(23). Para alcançar os “protagonistas da exclusão” e suas experiências, a autora se dispõe a percorrer os territórios de abrigo dos considerados outros, analisar as hostilidades criadas para extinção destes lugares e as práticas e representações criadas para identificar esta “outra cidade” incrustada na cidade cidadã.

Para tanto, no capítulo denominado *A construção da diferença: cidadania e exclusão social*, os referenciais teóricos que fundamentam a análise são criteriosamente expostos pela autora, de forma, a instruir o leitor sobre o instrumento paradigmático que norteia sua postura no que se refere à análise do corpo documental. Lançando mão de autores como Serge Paugan, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Michel De Certeau, Robert Castel, Michel Foucault, Dominique Schnapper, Carlo Ginzburg, entre outros, Sandra Pesavento aponta para o processo de construções identitárias, dando a conhecer que “a identidade é produto de uma intenção, em que os objetos ou sujeitos – nós e os outros – se constituem enquanto se comunicam (10)”. Assim, é na constituição deste outro como signo distintivo que se revela a “noção de pertencimento social”, no entanto, a autora salienta que esta ‘diferença’, vista como alteridade diante das “identidades compartilhadas”, não se torna essencialmente negativa, pois são muitos os outros e nem todos passam pelo crivo da reprovação. Seu empenho neste trabalho, reside em estudar as “alteridades rejeitadas, negadas e estigmatizadas” (11), ou seja, os “excluídos” concebidos no interior de um ambiente urbano, a cidade de Porto Alegre em fins do século XIX, que se contrapunham à imagem de “matriz civilizatória”. Na inferência das construções de

* Sobre a autora: A Prof.^aDr.^a Sandra Jatahy Pesavento é professora titular do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e coordenadora nacional do GT de história cultural. Entre suas diversas publicações pode-se destacar: O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano: Rio de Janeiro, Alegre, editado pela UFRGS em 1999; Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880/1920; Exposições universais: espetáculos da modernidade no século XIX; Imagens urbanas; Discurso e narrativa literária, entre muitos outros títulos que enriquecem os estudos da Nova História Cultural.

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Bernardete Ramos e financiamento do CNPQ.

sociabilidades e valores referentes a um imaginário urbano pretendido, segue uma segregação espacial, uma apropriação dos territórios da cidade decorrentes dos estereótipos fixados. Assim, os qualificados como *perigosos, marginais, turbulentos*, são repelidos do trato social, e a disposição dos espaços da cidade retrata a representação construída. Neste ínterim, as teorias científicas e da antropologia criminal do final do século colaboram para a instituição de tais perfis e por extensão para o delineamento dos conceitos de “cidadania” e de “exclusão”, oferecendo instrumentos para resolver os problemas sociais que surgem com o desenvolvimento da cidade para os considerados “cidadãos”.

No segundo momento do trabalho intitulado *A geografia da exclusão*, o foco é dirigido para os *maus lugares*, os considerados territórios malditos sobre os quais recai um modelo de representação construída e dirigida para a materialidade do espaço, mas que são exequíveis por meio de um conjunto de normas, estéticas, morais, comportamentais, científicas que conjecturam formas de aceitação ou negação. Logo, por intermédio destes discursos e representações, limites simbólicos internos são instaurados, e como coloca a autora, apesar de simbólicos, não menos rígidos que os muros de pedra. Partindo dos primeiros traçados que deram origem a malha urbana de Porto Alegre, as três primeiras ruas que surgiram às margens do Rio Guaíba, Sandra Pesavento descreve o surgimento dos becos e as apreciações negativas oferecidas pelos jornais do final do século, que os condenavam considerando-os lugares de enclave para uma cidade que se civilizava. Os lugares noturnos, conforme os jornais, onde habitavam personagens perigosos. Com o crescimento desordenado da cidade, durante o século XIX, estes becos tornam-se “a verdadeira cidade do outro a se inserir na antiga Porto Alegre” (30), pois com a valorização dos espaços e com a especulação imobiliária, estas áreas passam a abrigar a população pobre e marginalizada. Os becos, retratados nos discursos jornalísticos, passam a ser o local da contravenção, da desordem, da sujeira, em desarmonia com a almejada “Porto Alegre cidadã – branca, enriquecida, culta” (32). A autora propõe um passeio por estes, considerados, recônditos insalubres, por intermédio dos cronistas dos jornais da época, que com instrumentos adequados, como retóricas esmeradas, qualificam os becos como espaços que denigrem a imagem da cidade, agregando marinheiros, prostitutas, soldados, desocupados, formando juízos de valor, contribuindo para a construção de representações pejorativas sobre estes lugares e seus habitantes.

Os becos eram áreas confinadas no território nobre e central da cidade, por isso, incomodava deveras os “cidadãos” e eram objetos de severas críticas. Contudo, os “selvagens da cidade” (13), assim designados pela autora, habitavam também outras áreas fora do perímetro central. Havia outros “lugares de alteridade” que abrigavam os “excluídos” e igualmente eram censurados e qualificados pejorativamente pela imprensa local, como a Colônia Africana e o Areal da Baronesa. Nos becos, normalmente os acontecimentos tinham a meretriz como figura central desencadeadora dos conflitos e o bordel como dinamizador dos tumultos, mas na Colônia Africana, as ocorrências registradas e citadas pelos articulistas variavam dos crimes às agressões. Outros locais, também são assinalados pelos jornais como ambientes de desordem social, entre eles destacam-se os cortiços, os casebres, os porões, enfim, espaços que aglutinavam, muitas vezes, um grande número de habitantes que viviam, de acordo com os jornais, sob a completa ausência de higiene. O vocabulário de estigmatização empregado pelos articulistas para descrever tais habitações estendia-se aos seus moradores, indagavam se a real necessidade de viver sob tais circunstâncias não estava na “vadiagem” (114). Em 1892 o poder municipal aprovou o Código de Posturas sobre Construções, que visava

ordenar, padronizar e regulamentar a elevação de novas edificações, mas com isso, colocaram os casebres, os sobrados, os cortiços, entre outros, como construções que desrespeitavam as normas então estabelecidas. Abre-se com isso, “legal e publicamente, espaço para uma campanha contra as moradias de pobres no centro da cidade” (122). Mesmo assim, expõe a autora, que, apesar dos problemas sociais implicados nesta resolução, não se projetava construir casas de preços reduzidos para os populares, as medidas tomadas tencionavam remover tais moradias e afastar os indesejados, mas “não apontavam solução” para o desamparo da população (123).

A autora prossegue sua narrativa no terceiro capítulo que chamou de O mal anda solto, explicitando que as representações sociais geradas por esta linguagem culta, técnica, de elite, que delimita espaços, classifica os indivíduos e suas práticas, não são resultado apenas dos “gestores da cidade”. Apesar da influência, existe uma permuta com a linguagem e com os hábitos dos populares, um entrecruzamento entre os ditos civilizados e excluídos. Esclarece que não é possível pensar em “limites ou realidades isoladas entre a chamada cultura popular e erudita e que são tênues as fronteiras entre o mundo da ordem e o da desordem” (127). Desta maneira, neste capítulo, dedica-se as representações sobre o crime na antiga Porto Alegre. Entre os noticiários jornalísticos e registros policiais, a autora deixa claro a forma como ambas as fontes lidam com as questões criminais, pois não existe correspondência total entre os dispositivos que fornecem as diversas informações. Enquanto o jornal “estetiza o fato”, expõe uma narrativa que exprime um juízo de valor, porque construída pela “pena do jornalista” (127), os registros ou códices policiais seguem uma regulamentação, pois nas ocorrências, o contexto e os envolvidos, são registrados com maior riqueza de detalhes. Além das divergências sobre o tom e o método utilizado por ambas as fontes, existem ainda lacunas entre as informações, muitas vezes, casos evidenciados pelos jornais não são encontrados nos registros policiais e vice-versa.

As ações dos “turbulentos” (129) desencadeavam-se em espaços públicos e a rua era palco dos eventos conflituosos que mais recebia destaque, pois é nela onde se expunham efetivamente as diferenças. Dessa forma, na “geografia da contra-ordem”, onde a cidade má e boa se entrecruza, os jornais e registros policiais valem-se de outros dispositivos para determinar os cidadãos e os excluídos. As adjetivações empregadas, como atividade, cor, sexo, deficiências físicas, vestuário, enfim, a própria narrativa com suas conotações pejorativas ou valorativas construía as representações e desenhavam os maus lugares da cidade. Ela chama a atenção para as “ressemantizações destes registros lingüísticos” (146), pois as classificações diferenciavam-se dependendo da situação ou das pessoas envolvidas. Normalmente, os “cidadãos” eram aqueles agredidos, atacados, roubados, que estavam ameaçados pela violência que pairava pelas ruas. No entanto, em muitos episódios relatados, têm-se os considerados “cidadãos” envolvidos, como em casos de defloramentos. Inclusive, inúmeras ocorrências são analisadas pela autora, envolvendo personagens urbanos das diversas escalas sociais. Esta prática não era verdadeiramente considerado crime, mas seu desfecho, para que os cidadãos não perdessem sua posição no contexto social, deveria culminar com o casamento (143), condição utilizada para reparar a falta. De qualquer forma, os articulistas encontravam meios para explicar o que determinavam de delinqüência urbana, para o aumento da contravenção, descrevendo-as como anomalias e fazendo uso de apreciações científicas, como as posturas lombrosianas ou de Lacassagne, para responder a tais questões. Cabe ressaltar que, os articulistas referiam-se as ações turbulentas, descrevendo minuciosamente a fisionomia dos envolvidos, pois consideravam que, firmando-se no cientificismo *fin de siècle* (149), a

delinqüência estava “associada a uma doença ou fatalidade biológica”. Outras situações de entrecruzamentos entre os cidadãos e excluídos são descritas nesta obra. “A própria polícia se tornava suspeita” (161), pois em muitos dos incidentes e delitos percebe-se o envolvimento, a proteção, ou omissão por parte das autoridades nas crônicas policiais.

Crônicas estas, que em casos denominados “crimes de amor” – executados por ciúmes, traições, bigamias, brigas, entre outros – eram construídas em tom melodramático e novelesco. Efeitos de mistério e suspense eram acrescentados para assustar os habitantes e colocá-los a par das pessoas e dos locais perigosos. Os casos de defloramentos eram bastante explorados. Normalmente, os detalhes dos dramas eram esmiuçados e expostos, mas nunca havia palavras de defesa às ofendidas, pois se amparava mais o “cidadão” envolvido do que as vítimas femininas de tais histórias (277). Aliás, a autora assinala a atenção para o destaque oferecido às mulheres nestes noticiários, que na maioria das vezes aparece como personagem central dos conflitos de rua relatados pelos articulistas (212), como também agente em muitos dos casos de homicídios e suicídios. Estes, também eram descritos com minuciosas nos registros policiais, recebendo um tipo de tratamento romanesco, com os atores, os espaços, os detalhes da cena muito bem delineados, bem como, as testemunhas arroladas no processo. E os jornais publicavam mensalmente as estatísticas das detenções detectadas através dos registros policiais, e o aumento significativo dos delitos representava o cosmopolitismo de Porto Alegre, como também, se constituía de elementos substanciais para as crônicas jornalísticas.

Os incidentes detectados nos periódicos e registros policiais são importantes para análise das representações sociais do crime em Porto Alegre de final do século XIX, mas conforme as descrições requintadas executadas pelos articulistas sobre as misérias do cotidiano urbano, isto era considerado, ou pelo menos apontado pelos jornais, como resultado de uma cidade que crescia e que consumia tais notícias que identificavam esta “outra cidade” inserida à cidade metrópole que se formava. (323). Além do mais, os textos analisados apontam para um novo tipo de matéria, ou pelo menos para um novo tipo de jornalismo, que se servia do sensacionalismo, expondo as mazelas humanas com detalhes maliciosos, e assim, identificando os personagens e os “lugares malditos” da *urbs*, os desníveis sociais, as fronteiras imaginárias e, com isso, contribuindo para a construção de representações sociais. Contudo, conclui a autora, que “nem tudo era alteridade absoluta no campo das representações sociais, pois, no plano das sensibilidades e valores, muitas coisas eram partilhadas ou reapropriadas” (356).

Como se pode perceber, trata-se de uma obra atraente tanto para os estudos de história quanto para outras áreas do conhecimento, por trazer reflexões, partindo de um enfoque que prioriza as representações talhadas pelos jornais e códigos policiais sobre os considerados “cidadãos e excluídos” nas ações cotidianas da Porto Alegre de finais do século XIX. O investimento de Sandra J. Pesavento em proporcionar um trabalho de qualidade se comprova pela presença constante das fontes documentais no transcorrer da obra e que serviram de alicerce para sua pesquisa. Os trechos dos noticiários e registros policiais surgem entremeados com a criteriosa análise da autora bastante amparada teoricamente, num contínuo e agradável diálogo com as fontes.